

# Resumo Executivo - [PDC nº 713 de 2017](#)

**Autor:** Nilto Tatto (PT/SP)

**Apresentação:** 12/07/2017

**Ementa:** Susta a Portaria n.º 541, de 6 de junho de 2017, do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública que instituiu Grupo de Trabalho com a finalidade de formular propostas, medidas e estratégias que visem à integração social das comunidades indígenas e quilombolas.

**Orientação da FPA:** Contrária ao projeto

Comissão	Parecer	FPA
<b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b>	Parecer do Relator, Dep. Alceu Moreira (PMDB-RS), pela inconstitucionalidade e, no mérito, pela rejeição deste e do PDC 716/2017, apensado. <a href="#">Inteiro teor</a>	Favorável ao parecer do relator

## Principais pontos

- O PDC visa sustar a Portaria n.º 541, de 6 de junho de 2017, do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública que instituiu Grupo de Trabalho com a finalidade de formular propostas, medidas e estratégias que visem à integração social das comunidades indígenas e quilombolas.
- O Grupo de Trabalho será composto por servidores de órgãos como a Funai, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Secretaria Nacional de Segurança Pública e terão prazo determinado para apresentar um Plano de Trabalho e o Relatório Final.

## Justificativa

- Favorável a continuidade da vigência da Portaria nº 541 de 6 de junho 2017, do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública.
- O Brasil tem um compromisso histórico e a obrigação constitucional de cuidar das demandas indígenas.
- Dessa forma, uma opção compatível com os pilares da gestão pública eficiente é criar um grupo de trabalho multidisciplinar para encontrar soluções viáveis às demandas existentes, muitas que remontam há anos.
- Além disso, não se justificam as críticas feitas aos servidores que compõe o grupo pois estes foram organizados a partir de indicações feitas pelos órgãos internos donde naturalmente seriam indicados participantes de todas as carreiras que compõe seu quadro de servidores.
- O objetivo da Portaria é juntar esforços para garantir a dignidade aos cidadãos brasileiros indígenas e quilombolas, respeitando a ancestralidade de suas etnias, estimulando a autonomia desses grupos e formulando políticas públicas eficientes para sua integração social.
- Necessário ressaltar que o governo não quer organizar as comunidades indígenas, porque elas já são muito bem organizadas. O governo quer contribuir para que as políticas voltadas para o

aperfeiçoamento da organização social dos indígenas sejam realizadas, garantindo o direito resguardado pela Constituição aos povos indígenas.